

# **A formação dos profissionais de informação na Universidade do Porto: um modelo teórico-prático inovador assente numa perspectiva integrada**

por **Fernanda Ribeiro\***

Resumo:

Aborda-se o modelo de formação, surgido em 2001, ao nível de Licenciatura, na Universidade do Porto, que constitui uma proposta inovadora, no quadro da Ciência da Informação, destinada a preparar profissionais habilitados para o desempenho de funções em serviços de informação, instituídos em qualquer contexto organizacional. Este novo curso é caracterizado não só na sua fundamentação teórica, mas também na sua componente aplicada até porque já se encontra adequado à reestruturação em curso no ensino superior português, provocada pela Declaração de Bolonha.

Abstract:

This paper deals with the training model established in 2001 at undergraduate level in the University of Porto, which constitutes an innovative proposal in the framework of Information Science, dedicated to preparing future professionals to occupy posts in information services, regardless of the organizational context. This new degree is characterized not only by its solid theoretical grounding, but also by its applied component, since it has already been adapted to the on-going restructuring of Portuguese high education, implemented by force of the Bologna Declaration.

## **1. A mudança de paradigma na era da informação**

A formação dos bibliotecários e dos arquivistas (e mais tarde dos documentalistas) começou por fazer-se em contexto de trabalho (nos arquivos e bibliotecas nacionais), passou depois a ser assegurada pelas associações profissionais e, nos finais de Oitocentos, surgiram os primeiros cursos na esfera universitária, embora ainda com um carácter de excepção e muito ligados a outras áreas científicas, como era o caso da História.

Antes dos anos quarenta do século XX não se pode dizer que a formação universitária estivesse minimamente implantada nos meios académicos, tendo a sua

---

\* Directora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação – Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CETAC.MEDIA

generalização, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos da América, ocorrido apenas nos anos setenta da centúria passada<sup>1</sup>.

A formação tradicional dos profissionais da informação, quer a veiculada pelas associações, quer a ministrada em contexto académico foi, desde sempre, marcada pelo paradigma herdado da Revolução Francesa e consolidado ao longo do século XIX, o qual temos vindo a apelidar de historicista, custodial e patrimonialista<sup>2</sup>. Esta visão tradicional, tendo como objecto de estudo o “documento” e como espaço privilegiado de trabalho os serviços públicos de arquivo e de biblioteca, desenvolveu-se e chegou até aos dias de hoje enfatizando os aspectos patrimoniais dos suportes e dos serviços de informação e situando na esfera da cultura todas as problemáticas das “ciências” ditas documentais. Contudo, mesmo no seio deste paradigma tradicional, foram surgindo, a partir de finais do século XIX e por força das inovações técnicas e tecnológicas, aspectos novos que adicionaram à visão historicista um tecnicismo derivado da necessidade de tratar e disponibilizar informação, que teve a sua expressão mais marcante na acção e na obra de Paul Otlet e Henri la Fontaine e no trabalho dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin.

A mudança de paradigma acentuou-se ao longo da segunda metade do século XX, graças à explosão da informação científica e técnica e da informação administrativa no contexto das mais diversas organizações, bem como ao desenvolvimento da informática em associação com o tratamento e recuperação dessa mesma informação. Esta nova realidade veio provocar mudanças estruturais, quer ao nível da profissão, quer no que toca à formação, quer ainda do ponto de vista disciplinar (afectando a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e potenciando a emergência da Ciência da Informação)<sup>3</sup>.

Em Portugal, a evolução da Biblioteconomia e da Arquivística fez-se bastante em consonância com os desenvolvimentos internacionais e a formação dos profissionais

---

<sup>1</sup> Sobre a evolução da formação dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4. cap. 4.

<sup>2</sup> Sobre este assunto, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação... (ob. cit.)*.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo: SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. – History and foundations of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*. Washington. 12 (1977) 249-275; WILLIAMS, Robert V.; WHITMIRE, Laird; BRADLEY, Colleen - Bibliography of the history of Information Science in North America, 1900-1995. *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 373-379.

desde muito cedo que se institucionalizou, tendo sido integrada na universidade em 1911, pouco tempo depois da implantação da República.

O Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista foi instituído no nosso país em 1887, congregando disciplinas de carácter geral, leccionadas no Curso Superior de Letras, com outras de carácter mais técnico, ministradas no Arquivo Nacional (Torre do Tombo) e na Biblioteca Nacional<sup>4</sup>. A sua inserção no meio académico ocorreu aquando da criação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (22 de Março de 1911), facto que faz com que Portugal seja dos países do mundo em que mais precocemente houve formação de nível universitário.

A formação ministrada no Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, cujo encerramento ocorreu em 1982 – ano em que foi substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais –, era de cariz historicista e patrimonial e destinava-se, em absoluto, a formar técnicos para exercerem funções nos arquivos e nas bibliotecas do Estado. Contudo, as necessidades do mercado laboral, marcadas pela emergência da Sociedade da Informação, começaram a suscitar novas problemáticas e a pôr em causa a formação veiculada pelo modelo formativo vigente.

A crise do paradigma tradicional, centrado no objecto “documento” e numa lógica custodial e tecnicista, voltada essencialmente para as questões do tratamento técnico e da recuperação da informação – numa perspectiva redutora que aliena as problemáticas relativas ao contexto orgânico de génese/produção da informação e aos comportamentos psico-sociológicos inerentes ao uso/pesquisa – potenciou uma mudança paradigmática, a qual ainda se encontra em curso e em consolidação e é perceptível, sobretudo, através da investigação e da literatura produzidas nos meios universitários.

Essa mudança reflectiu-se, como é óbvio, nos modelos formativos a nível internacional, mas também no nosso país, tendo surgido, na Universidade do Porto, um novo *curriculum* em que a designação “Ciência da Informação” traduz uma diferença fundamental face à tradicional visão veiculada pelos cursos de “Ciências Documentais”.

---

<sup>4</sup> Sobre a evolução da formação em Portugal, ver: RIBEIRO, Fernanda - Formação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Portugal. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11111.pdf>. (Publicado em Nov. de 2005).

## 2. Pressupostos epistemológicos e teóricos de uma nova perspectiva

O novo modelo formativo, iniciado na Universidade do Porto em 2001, foi delineado tendo por base uma reflexão de cariz epistemológico que pretendeu, sobretudo, delimitar o objecto e o campo de intervenção da Ciência da Informação, estabelecendo, ao mesmo tempo, as fronteiras e as relações interdisciplinares desta área do saber com outras disciplinas e ciências<sup>5</sup>. Esta delimitação do campo científico é fundamental não apenas para estabelecer um posicionamento académico, mas também para definir as competências e o espaço de aplicação dos conhecimentos adquiridos na universidade quando os graduados se confrontam com a realidade do mercado de trabalho.

Não é objectivo desta comunicação tratar de forma aprofundada os pressupostos epistemológicos e teóricos da Ciência da Informação, tal como ela é pensada e “praticada” pela Universidade do Porto, pois esse desenvolvimento tem sido feito e publicado em diversos textos, que tiveram como matriz a obra resultante da reflexão já referenciada<sup>6</sup> e que procuram ir mais além no aprofundamento teórico-prático desta área científica.

Contudo, como base de referência mínima para sustentar a explanação que se pretende fazer do modelo formativo em curso na Universidade do Porto, importa enunciar, ainda que de forma breve, as linhas gerais da fundamentação que suporta, em termos epistemológicos e teóricos, o curso de Ciência da Informação.

Para situarmos inquivocamente o conceito de ‘informação’ que perfilhamos é útil atentar no que Anthony Wilden escreveu no verbete “informação” da consagrada Enciclopédia Einaudi: “(...) *o conceito de informação alarga-se hoje a dois sentidos recentemente surgidos e relativamente específicos.*

*O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit (binary digit). É a informação métrica da teoria clássica da informação [Claude Shannon], a teoria combinatória e estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade.*

*O segundo sentido pertence a uma abordagem diversa, abordagem esta que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais, como*

---

<sup>5</sup> A reflexão produzida no seio de um grupo de trabalho constituídos por docentes de várias universidades, foi publicado em 2002: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação (ob. cit.)*.

<sup>6</sup> Idem nota anterior.

a comunicação via radar ou satélite. O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso não se verifica). O segundo sentido conserva, muito mais do que o sentido métrico ou quantitativo, o significado quotidiano do termo ‘informação’<sup>7</sup>.

Aceitando a formulação de Wilden relativamente a este segundo sentido, desde logo podemos afirmar que é nesta linha de pensamento que nos posicionamos no que respeita à tentativa de definição de Informação. Assim, a Informação é entendida como um fenómeno humano (e social), que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si. Situa-se, pois, entre o conhecimento<sup>8</sup> e a comunicação, tendo como pano de fundo, a montante, a totalidade psicossomática do ser humano – que hoje já ultrapassa muito o âmbito específico da chamada Psicologia Cognitiva e se situa mais no campo das neurociências, como tão bem têm vindo a mostrar os estudos de António Damásio<sup>9</sup> –, que não deixa de estar presente também a jusante, pois determina o comportamento informacional dos utilizadores/pesquisadores da Informação; e a jusante ainda, situa-se a capacidade humana de comunicação, já que o processo comunicacional não pode acontecer sem as mensagens, os conteúdos, numa palavra, a Informação.

---

<sup>7</sup> WILDEN, Anthony – Informação. In *Enciclopédia Einaudi. Vol. 34 – Comunicação, Cognição*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cop. 2001. p. [11].

<sup>8</sup> Usamos este termo no seu sentido mais genuíno, ou seja, como sinónimo de ‘cognição’. Esta explicação, aparentemente dispicienda é, no entanto, da maior importância dada a forma generalizada, simplista e bastante imprecisa com que o termo ‘conhecimento’ tem vindo a ser usado. Na verdade, temos a sensação clara de que o termo ‘conhecimento’ está hoje na moda e as mais das vezes usa-se num sentido que não é distinto de ‘informação’. Pretende-se, ao que parece, exprimir a ideia de que a compilação e uso da informação conduzem a um aumento de conhecimento, que é uma espécie de saber especializado de cientistas e intelectuais, mas esta ideia carece de uma fundamentação adequada e não pode banalizar-se o termo ‘conhecimento’ numa acepção que adultera o seu sentido originário. Para um maior aprofundamento desta questão, veja-se o recente trabalho de Armando Malheiro da Silva, em que o autor clarifica as conotações dos termos ‘conhecimento’ e ‘informação’ (ver: SILVA, Armando Malheiro da – Conhecimento / Informação : sinonímia e/ou diferenciação? In *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Org. Georgete Medleg Rodrigues e Ilza Leite Lopes. Brasília : Thesaurus Editora de Brasília, 2003. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 2). ISBN 85-7062-399-2. p. 23-41).

<sup>9</sup> Veja-se a sua obra mais conhecida (DAMÁSIO, António – *O Erro de Descartes : emoção, razão e cérebro humano*. 22ª ed. Lisboa : Publicações Europa-América, 2001. ISBN 972-1-03944-6), mas também estudos posteriores, que aprofundam a componente emocional contribuindo de uma forma muito clara para a compreensão do processo genésico da informação (DAMÁSIO, António – *O Sentimento de si : o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. 3ª ed. Lisboa : Publicações Europa-América, 2000. ISBN 972-1-04757-0; DAMÁSIO, António – *Ao Encontro de Espinosa : as emoções sociais e a neurologia do sentir*. 2ª ed. Lisboa : Publicações Europa-América, 2003. ISBN 972-1-05229-9).

Este entendimento leva-nos a estabelecer, de um ponto de vista conceptual, a diferença entre Informação e Comunicação (a segunda não existe sem a primeira, ou seja, a Informação precede a Comunicação, tendo, portanto, uma existência anterior e autónoma), salvaguardando, contudo, a inter-relação entre elas. Leva-nos, igualmente, a estabelecer a distinção entre Informação e Documentação (ou Informação registada) uma vez que o registo num suporte exterior ao sujeito produtor da Informação é também algo que acontece *a posteriori*, ou seja, depois de a Informação já existir na mente humana, e insere-se no processo que visa a comunicação.

Importa, portanto, adiantar a definição de Informação de que partimos – **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**<sup>10</sup> – uma vez que é com este sentido que ela se assume como objecto de estudo e de trabalho.

Esta definição, só por si, é insuficiente para a caracterização da Informação como objecto, devendo ser complementada com um enunciado das diferentes propriedades / atributos que lhe são inerentes<sup>11</sup>, a saber:

**estruturação pela acção (humana e social)** – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;

**integração dinâmica** – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;

**pregnância** – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;

---

<sup>10</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) p. 37.

<sup>11</sup> Importa aqui referir que, já em 1968, num célebre artigo intitulado *Information Science - what is it?*, Harold Borko havia considerado a Ciência da Informação como *a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso (...)*, aludindo às propriedades da informação sem, contudo, as enunciar (BORKO, Harold – *Information Science - what is it? American Documentation*. Washington. 19:1 (Jan. 1968) 3-5). Da mesma forma, também Yves-François Le Coadic, na entrada *Science de l'Information* do *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, se refere às propriedades da informação, mas não chega a uma formulação, antes mencionando procedimentos e acções operáveis sobre a informação que são, de facto, questões distintas (LE COADIC, Yves-François – *Science de l'information*. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Dir. Serge Cacaly. Paris : Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3. p. 516-523).

**quantificação** – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;

**reprodutividade** – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e

**transmissibilidade** – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Estes elementos caracterizadores da Informação – fenómeno humano e social e processo dinâmico pelo qual se consoma a comunicação –, aliados à definição acima apresentada, constituem, pois, em síntese, as bases mínimas e fundamentais para o discurso científico sobre aquilo que consideramos ser o objecto de estudo de uma área teórico-prática em consolidação, que determina competências profissionais em conformidade com a respectiva fundamentação teórica e com as exigências do desempenho profissional no “terreno”.

Assumir uma posição em favor da cientificidade desta área do saber implica não só o estabelecimento das suas fronteiras e a definição do seu objecto de estudo, mas ainda a adopção de um método ajustado às características do fenómeno da Informação (social), enfatizando a sua componente qualitativa (embora não descurando os aspectos passíveis de análise e investigação quantitativa), como, aliás, é próprio e específico das ciências sociais. O método de investigação quadripolar, concebido por Paul de Bruyne e outros autores<sup>12</sup>, constitui-se, pois, como o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. Pelo contrário, a dinâmica investigativa resulta de uma interacção entre quatro pólos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F., 1974.

<sup>13</sup> No **pólo epistemológico** opera-se a permanente construção do objecto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação; no **pólo teórico** centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou infirmação do “contexto teórico” elaborado; no **pólo técnico** consoma-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico, sendo aqui que se desenvolvem operações cruciais como a *observação de casos e de variáveis* e a *avaliação retrospectiva e prospectiva*, sempre tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados; no **pólo morfológico** formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objecto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele.

– permitindo uma permanente projecção dos paradigmas interpretativos, das teorias e dos modelos na operacionalização da pesquisa e na apresentação dos resultados da mesma<sup>14</sup>.

Nesta dinâmica quadripolar de investigação assume particular relevância o pólo teórico, uma vez que ele suporta a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que consubstancia o pólo morfológico. Havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno/processo informacional<sup>15</sup>, manifestamos a nossa preferência pela Teoria Sistémica, que radica as suas origens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria passada, dado que congrega uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação, como se comprova por exemplos vários da sua aplicação teórico-prática.

No campo da Informação verifica-se que as abordagens sistémicas têm tido uma notória preferência por parte de variados autores, quer no domínio da Biblioteconomia, quer da Arquivística, quer ainda na área das tecnologias<sup>16</sup>.

A aplicação, ampla e instrumental, do pensamento sistémico, bem como a classificação e caracterização dos vários tipos de sistemas não cabe nesta comunicação,

---

<sup>14</sup> Ver: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

<sup>15</sup> Desde a perspectiva estruturalista, assumida, por exemplo, por Carlo Laroche (LAROCHE, Carlo – *Que signifie le respect des fonds? Esquisse d'une Archivistique structurale*. Paris : Association des Archivistes Français, 1971) ou António Sanchez-Bravo Cenjor (SANCHEZ-BRAVO CENJOR, Antonio – *Manual de estructura de la información*. Madrid : Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1992. ISBN 84-8004-024-6) à “teoria da situação” defendida por Keith Devlin (DEVLIN, Keith – *Info-senso: como transformar a informação em conhecimento*. Lisboa : Livros do Brasil, 2000. ISBN 972-38-1733-0), passando pela “Teoria da Informação Psicológica”, de Bruno Lussato (LUSSATO, Bruno – *Informação, comunicação e sistemas : teoria da imprinting e elementos para uma teoria da informação psicológica*. Lisboa : Dinalivro, 1995. ISBN 972-576-085-9) ou pela perspectiva cognitivista, de Peter Ingwersen e outros (ver, por exemplo, INGWERSEN, Peter – *Conceptions of information science*. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, Finland, 1991 – *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives : proceedings...* Ed. by Pertti Vakkari and Blaise Cronin. London [etc.] : Taylor Graham, cop. 1992. ISBN 0-947568-52-2.), não esquecendo os importantes e multifacetados contributos da teoria sistémica, têm surgido diversos modos de ver e interpretar a Informação.

<sup>16</sup> MOLINA CAMPOS, Enrique – *Teoría de la biblioteconomía*. Ed. postuma a cargo de Rafael Olivares. Granada : Universidad de Granada, 1995. ISBN 84-338-2116-4; ARÉVALO JORDÁN, Victor Hugo – *La Archivología y la teoría de sistemas. Cuadernos : Archivologia*. Santa Fe. 1:1 (1987) 1-10; SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Edições Afrontamento, cop. 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). ISBN 972-36-0483-3. vol. 1; JARDIM, José Maria – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói, RJ : EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. ISBN 85.228-0166-5; CARVALHO, João Álvaro – *Information system? : which one do you mean?* In ISCO 4, Leiden, 1999 – *Information systems concepts : an integrated discipline emerging : IFIP TC8/WG8 : proceedings...* Ed. by Eckhard Falkenberg, Kalle Lyytinen, Alexander Verrijnstuart. Boston : Kluwer Academic Publishers, cop. 2000. p. 259-280.



mas pode ser vista com grande profundidade a partir de autores de referência como o italiano Piero Mella<sup>17</sup>, tornando-se perceptível como os princípios e os enunciados da teoria sistémica têm plena aplicação ao fenómeno informacional, ou seja, como é possível pensar sistemicamente a informação e usar esta teoria como “ferramenta” interpretativa e explicativa, devidamente inscrita no pólo teórico do método quadripolar e servindo de suporte à componente aplicada de que os pólos técnico e morfológico são expressão mais concreta.

### **3. Um novo modelo formativo, abrangente e integrador**

A fundamentação exposta no ponto anterior serviu de suporte, como já foi referido, à criação, em 2001, do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação, ministrado em parceria pela Faculdade de Letras e pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Surgiu como um modelo de formação alternativo ao Curso de Especialização em Ciências Documentais, apresentando, desde logo, duas diferenças fundamentais: a de se tratar de uma formação ao nível da licenciatura (nível de pré-graduação) e a de ter abolido a designação tradicional de “Ciências Documentais” passando a ter o nome de “Ciência da Informação”, o que pressupõe uma perspectiva mais abrangente e integradora de diversas áreas disciplinares afins.

A visão integrada é assumida em plenitude, não havendo diferenças de formação consoante os perfis profissionais que irão caracterizar os licenciados, o que se plasma no *design* curricular do Curso através da anulação de separações artificiais entre “ramos” ou “variantes” de Arquivo e de Biblioteca e Documentação. Estas separações, que existem na formação tradicional, conduzem a uma visão redutora e desagregam determinados conteúdos que devem ser apreendidos de forma global – como por exemplo, as operações de representação da informação (a descrição, a indexação ou a classificação) – distribuindo-os, de forma absurda, por unidades curriculares distintas consoante se trate dos arquivos ou das bibliotecas.

---

<sup>17</sup> MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistémico : per capire i sistemi e pensare com i sistemi*. Milano : Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3.

A perspectiva unitária defendida para este Curso procura também uma complementaridade com a área dos chamados Sistemas (Tecnológicos) de Informação (SI), que vem ensaiando uma progressiva autonomização face à Informática e Computação tradicionais, tendo como campo de trabalho e de profissionalização as Organizações em geral.

Assim, o modelo da Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto congrega no seio da área científica nuclear – a da Ciência da Informação – um conjunto de unidades curriculares que, por um lado, asseguram uma componente teórica e metodológica e, por outro, contemplam as vertentes aplicadas desta área do saber (Arquivística, Biblioteconomia, Sistemas Tecnológicos de Informação), com as suas especificidades particulares.

Nesta perspectiva, as matérias relativas à teoria e metodologias de investigação, à análise de sistemas, aos aspectos (técnicos) mais diversos de organização e representação da informação, ao armazenamento e recuperação, ao comportamento informacional surgem, naturalmente, concentradas em unidades curriculares que formam o *core* do curso, na sua maioria obrigatórias. A par delas, mas ainda dentro da mesma área científica, existem unidades curriculares que se centram nas especificidades dos diversos tipos de sistemas ou serviços de informação, direccionadas, por isso, para as componentes aplicadas da própria Ciência da Informação.

Este “núcleo duro” do *curriculum* está, evidentemente, aberto à interdisciplinaridade, incluindo disciplinas de outras áreas do saber, com carácter de obrigatoriedade umas, de opção outras, mas sempre complementando as matérias da área científica nuclear.

Enunciemos alguns exemplos de unidades curriculares que integram o plano de estudos, ilustrando o seu amplo carácter interdisciplinar:

- do campo vasto das Ciências Sociais e Humanas é incluído o imprescindível conhecimento histórico das instituições (*História da Administração Pública*) e das práticas culturais (*História da Cultura* e *História do Livro e da Leitura*); o apoio instrumental da *Paleografia* e da *Diplomática*; o contributo da Filosofia em matérias como a *Lógica*; o uso instrumental de línguas estrangeiras, designadamente o *Inglês Técnico*; a vertente sociológica relacionada com as Organizações (*Sociologia das Organizações*);

- da área da Informática e da Computação, emanam saberes que se plasmam em unidades curriculares diversas como *Sistemas Computacionais e de Comunicação, Informação para a Internet, Bases de Dados e Tecnologia Multimédia*;

- a relação com as ciências da Gestão e da Administração, englobando um espectro largo que inclui o Direito, manifesta-se pela presença de disciplinas como *Fundamentos de Gestão, Sistemas de Apoio à Decisão e Direito Administrativo*;

- a Física e a Química e outras ciências naturais e sua aplicação ao tratamento dos suportes de informação são também elementos importantes no *design* curricular, nomeadamente no que respeita à disciplina de *Preservação e Conservação*.

O modelo formativo exposto pretende, sobretudo, ilustrar a transposição de uma fundamentação epistemológica desenvolvida a montante para a estruturação curricular do curso. Não se discute, como questão de princípio, quais os níveis de formação desejáveis para preparar profissionais capazes de gerir informação, coordenar e gerir serviços ou mesmo conceber sistemas de informação. O modelo está implantado há alguns anos num curso de licenciatura (1.º ciclo) e iniciou-se, no corrente ano lectivo, num curso de mestrado (2.º ciclo). Se partirmos do pressuposto de que há “espessura” científica na Ciência da Informação para justificar, por um lado, uma formação profissionalizante com o necessário complemento de aplicações práticas (estágios ou projectos) e, por outro, o desenvolvimento da vertente de investigação, indispensável à formação dos próprios formadores e à consolidação científica desta área do saber, ainda considerada por muitos como uma ciência emergente, então os diferentes ciclos de estudos têm pleno sentido e as condições para criar “escola” e “massa crítica” no seio da universidade estarão criadas e prontas a frutificar.